

• *Para festejar a* •

democracia

TRE-RJ faz homenagem aos 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral com palestras, debates e lançamento de site sobre eleições.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro festejou os 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral (1945-2015) com dois eventos programados pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE-RJ). O primeiro, voltado para estudantes, ocorreu em 25 de novembro, uma quarta-feira, quando foram realizadas duas sessões de “Cinedebate”, com o apoio da Comissão de Memória Eleitoral (Cemel). Dois dias depois, na sexta-feira (27), houve o lançamento do site

“Dados Históricos sobre as Eleições do Rio de Janeiro”, durante um seminário que reuniu o então presidente do Tribunal, desembargador Edson Vasconcelos, o juiz Luiz Márcio Pereira e o pesquisador da Fiocruz Igor Sacramento.

A abertura do seminário de 27 de novembro foi dedicada ao lançamento do site que disponibiliza dados das eleições fluminenses de 1945 a 1994, última eleição com cédula de papel a anteceder a implementação das urnas eletrônicas,

em 1996. A cerimônia foi conduzida pelo diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ), desembargador Wagner Cinelli, e o então presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Vasconcelos. Os detalhes do banco de dados virtual foram apresentados por representantes da Seção de Gestão Documental (Segdoc) e da Cemel.

O site também possui informações sobre contexto histórico, mudanças na legislação eleitoral, documentos e mapas digitalizados. Primeiro, uma linha do tempo foi elaborada para orientar a identificação dos eventos eleitorais, dos cargos eletivos em disputa e outras formas de escolha de representantes políticos, como a nomeação de prefeitos nos municípios considerados de segurança nacional ou como instância hidromineral. Foram digitalizados documentos e informações das 13 eleições não informatizadas, ocorridas entre 1945 e 1994.

Diversas tabelas, com mais de 15 mil linhas cada, todas com 20 campos, tiveram que ser digitadas, com a posterior conferência dos dados. Já para a pesquisa da legislação eleitoral brasileira, foi selecionado e digitalizado um conjunto de 250 fontes documentais, que datam do período entre 1611 e 1996. Uma parte das informações sobre eleições foi fornecida pela Seção de Administração de Dados Estatísticos e Operacionais (Seades), mas eram dados que precisavam de certificação. A Seção de Administração da Intranet/Internet (Seinte) criou a interface para os dados que a Seção de Administração de Banco de Dados (Seabad) organizou. As informações estavam disponíveis no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Os dados, porém, estavam segmentados por eleição e segundo objetivos específicos de pesquisas sobre eleições, como o registro de candidatos, a prestação de contas e as estatísticas dos resultados. Além disso, eram arquivos muitas vezes complexos, que não facilitavam a pesquisa. A Seades transferiu essas informações para o banco de dados do TRE-RJ, de forma que ficassem integradas em base única. Os dados foram reorganizados e tratados para facilitar a navegação no site e a pesquisa dos usuários.



A chefe da Seção de Gestão Documental, Luciana Siqueira, apresenta diagrama com os serviços de informação prestados pelo site e os setores do TRE-RJ envolvidos no projeto

“Reunimos em um único lugar as informações sobre as eleições no Rio de Janeiro, uma demanda antiga de pesquisadores e usuários das informações sobre eleições”, explicou a representante da Seção de Gestão Documental (Segdoc), Luciana Siqueira de Carvalho, que lembrou haver “uma relação entre democracia e a circulação livre e transparente de informações”. O presidente da Comissão de Memória, Maurício Duarte, também enfatizou a dimensão política do serviço que o novo site presta à sociedade. “Informação é sinônimo de autonomia. Facilitar o acesso à informação é possibilitar o agir político autônomo do cidadão”, disse.

Seminário

Também promovido para homenagear os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral, o seminário foi mediado pelo diretor da EJE-RJ, desembargador Wagner Cinelli. O evento teve ainda as presenças do desembargador eleitoral Herbert Cohn e do procurador regional eleitoral do Rio de Janeiro, Paulo Roberto Bérenger. O então presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Vasconcelos, deu início às palestras e traçou um panorama sobre a relação Estado, sociedade e democracia no Brasil. “Desde a nossa independência, em 1822, existe a predominância histórica de relações culturais e políticas autoritárias”, definiu o desembargador.

“Não apenas no Império, mas também as transformações que trouxeram a República Federativa do Brasil ocorreram sem a participação popular. Foi um processo de controle do Estado por uma elite”, sintetizou o desembargador Edson Vasconcelos. Ele lembrou que o período de democracia iniciado em 1945 foi interrompido pelos governos militares, sendo retomado plenamente apenas com a Constituição da República de 1988, que marcou o retorno do país ao Estado Democrático de Direito. “O conceito moderno de cidadania é o direito de ter direitos, como dizia Hanna Arendt. É preciso instituições fortes, para consolidarmos a democracia e essa nova forma de exercer a cidadania”, concluiu.



O diretor da Escola Judiciária Eleitoral, desembargador Wagner Cinelli, o ex-presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Vasconcelos e juiz eleitoral Luiz Márcio Pereira, no Seminário em homenagem à Justiça Eleitoral



Autoridades que compuseram a mesa do evento em homenagem à Justiça Eleitoral: procurador regional eleitoral Paulo Roberto Bérenger, desembargador Wagner Cinelli, desembargador Edson Vasconcelos, juiz Luiz Márcio Pereira e o desembargador eleitoral Hebert Cohn

O segundo palestrante daquela tarde, o juiz eleitoral Luiz Márcio Pereira, havia sido corregedor regional eleitoral do Rio de Janeiro. Autor de um livro sobre a fiscalização da propaganda eleitoral, o magistrado falou sobre a recente reforma eleitoral, que será aplicada nas eleições municipais de 2016. “É preciso haver uma mudança da concepção de política, do processo eleitoral. E não a simples mudança de legislação”, explicou. O magistrado destacou a propaganda partidária, que permaneceria como “um calcanhar de Aquiles” para a Justiça Eleitoral.

“A sociedade ainda não parou para refletir sobre isso”, provocou o juiz Luiz Márcio Pereira. “A propaganda partidária é um financiamento público, existem compensações fiscais. No entanto, ela é desvirtuada, sem constrangimento, pelos partidos”, disse. Para o juiz, esse é um exemplo de como a legislação é descumprida “sem a menor preocupação” pelos agentes políticos. “A propaganda partidária é um instrumento de fortalecimento dos partidos, uma ação do legislador para que as legendas tenham substância, programa, por isso se destinou dinheiro público para esse tipo de publicidade”, argumentou.

A propaganda partidária é transmitida em anos não eleitorais ou no primeiro semestre do ano eleitoral, quando ainda não há candidatos. Em 2016, com a mudança da legislação, os registros de candidaturas só vão ocorrer em agosto. No entanto, diz o juiz, a lei admite que existem os “candidatos de fato”, ou seja, pré-candidatos lançados antecipadamente pelos partidos. “A lei veda a divulgação desses candidatos, que costuma apresentar os programas e expor soluções de governo”, criticou.

“As mudanças deram mais liberdade sobre o que pode ser falado, mas ainda veda divulgação dos candidatos de fato. Os tribunais vão ter que decidir até que ponto a exposição deles é propaganda antecipada”, comentou, numa referência ao que seria uma divergência entre o artigo 45 da Lei 9.096 e o artigo 36-A da mesma lei, aprovado neste ano. “As emissoras de televisão e rádio têm compensação fiscal pelo horário cedido, na faixa nobre da audiência, geralmente no intervalo da novela. Vejam o impacto dessa propaganda que é paga com o nosso dinheiro”, alertou.

O juiz mostrou ainda uma seleção com reportagens de diversos jornais, datadas de 2013, onde os partidos anunciavam a intenção de utilizar pré-candidatos às eleições ao Governo do Estado, no ano seguinte, como “estrelas” das propagandas partidárias. “Hoje podemos falar com tranquilidade, porque as candidaturas deles já se confirmaram e o pleito se encerrou. O descumprimento da norma foi anunciado nos jornais”, disse, o que arrancou risos e aplausos da plateia. “E nem havia ainda o artigo 36-A para levantar dúvidas. Existia apenas a vedação explícita do artigo 45, que não foi revogada pelo legislador na reforma”, lembrou.

Outro tema destacado pelo juiz Luiz Márcio Pereira foi a propaganda institucional, que divulga atos dos governos municipal, estadual e federal. “Da forma como é feita hoje, essa propaganda é um escândalo”, disse. “Os governos gastam milhões em propaganda. A Ação Penal 470, a do mensalão, mostrou que boa parte das verbas desviadas tinha origem nas verbas dos governos para essa propaganda”, recordou. “Não há como mensurar o valor do trabalho da agência publicitária. A licitação é feita corretamente, mas é muito difícil apurar se os números são os verdadeiramente pagos”, lamentou.

“Além disso, a lei veda a promoção pessoal, mas os governantes usam práticas, como o uso de slogans ou cores para fazer associações de forma subliminar”, ensinou o juiz. Ele lembrou que,



Apresentação do juiz Luiz Márcio Pereira, autor de um livro sobre fiscalização da propaganda eleitoral

certa vez, foi fazer uma palestra em Itumbiara, interior de Goiás, e encontrou a cidade tomada de propagandas institucionais. “É um problema nacional”, garantiu. “Há municípios em que a propaganda institucional é feita inclusive no uniforme escolar das crianças. Como elas vão estudar no período vedado pela legislação, de três meses antes da eleição?”, questionou o juiz.

O magistrado disse ter a posição radical de proibir qualquer tipo de propaganda institucional. “Dizem que sou xiita por isso”, brincou. “Mas entendo sinceramente que só deveriam ser permitidas propagandas de utilidade pública, como a prevenção da Aids. Nada que divulgue atos de governo deveria ser tolerado”, defendeu. Ele disse ter iniciado um estudo para avaliar como, mesmo em meio a uma crise, os governos continuam a fazer propaganda institucional. “Isso precisa ser avaliado pela sociedade”, conclamou. Para o juiz, as mudanças recentes da lei são pouco efetivas, ao apenas restringirem o orçamento ao gasto médio do primeiro semestre dos três anos anteriores.

“Não alterou o espírito, a lógica. O governante pode aumentar o volume de gastos nesses três semestres, para ter uma média alta e justificar os gastos elevados no ano eleitoral”, argumentou. O juiz ressaltou que a crítica não era dirigida a qualquer partido ou político especificamente, mas “a como a política e a comunicação social são feitas no Brasil”. “Precisamos de uma mudança de filosofia. Não podemos generalizar, mas são essas as prioridades da grande maioria. O que prevalece é a ideia de vender ao povo a ideia de que tudo está muito bem”, disse.

Por fim, o juiz Luiz Márcio Pereira fez uma crítica aos centros sociais e ao assistencialismo político. “Mas é preciso mudar a cabeça do político e também do eleitor. Concordo com o ministro Ayres Britto, quando ele disse ser muito difícil praticar a filantropia e ser candidato, a linha é tênue”, disse. O magistrado lembrou que, em 2009, o TSE alterou a interpretação, que passou a considerar como abuso de poder político. “Quem vai deixar de votar num vereador que usou sua própria ambulância para salvar uma vida? É uma fábrica de votos”, explicou o juiz. “A reflexão que precisa ser feita é: esse vereador vai lutar para ter ambulância do Samu na cidade?”, questionou.

Necessidade de comemorar

Último palestrante da tarde, o pesquisador Igor Sacramento anunciou quealaria sobre a cultura da memória e a razão de haver tantas comemorações institucionais. Autor de livros sobre memória e comunicação social, o pesquisador afirmou que o dever de rememorar tornou-se um dever das sociedades contemporâneas. Para ele, é fundamental lembrar que a trajetória da democracia no país é marcada por um autoritarismo que persiste na atualidade. “A nossa experiência democrática



Os servidores Maurício Duarte e Luciana Siqueira, que apresentaram o novo site com dados históricos sobre eleições no Rio

é de exclusão social”, disse. Para o pesquisador, esse autoritarismo transparece na forma que os eventos são lembrados ou esquecidos.

“Isso nos impõe a fazer uma clara diferença entre o silêncio e o silenciamento”, argumentou. “O silêncio ocorre por esquecimento, é algo ignorado, não pesquisado. O silenciamento é uma forma estruturada, politicamente interessada, de fazer com que aspectos de um acontecimento seja esquecido”, definiu. Igor Sacramento alertou que distinção era necessária porque a comemoração não se limitava aos 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral, mas também da redemocratização do país, com o fim do Estado Novo getulista. “São comemorações importantes porque permitem que a gente se una na defesa da nossa frágil democracia”, disse.

Entre os silenciamentos que despertam a atenção do pesquisador estão os que se manifestam em pedidos de setores da sociedade que manifestaram, em atos contra o atual governo federal, o desejo de um retorno do país ao regime militar. “Por mais paradoxal que seja, vi cartazes pedirem uma ditadura constitucional. Vi pedidos semelhantes também nas mídias sociais”, lamentou. “Como as pessoas podem silenciar os processos de ditadura, a cassação dos direitos civis, do voto, da participação política”, questionou. “É curioso que, neste ambiente de extrema tensão política, ocorra esse processo de silenciamento dos abusos do regime militar ou o Estado Novo”, criticou.

Igor Sacramento enxerga nesses processos de silenciamento um aspecto cada vez mais comum às sociedades liberais, em que as disputas de interesses são vividas também como “batalhas de memória”, que podem levar à despolitização. “É comum ouvir as pessoas comentando que não



Pesquisador da Fiocruz, o professor Igor Sacramento é um estudioso de memória e comunicação social

havia corrupção na época dessas ditaduras, apesar de todos os escândalos que envolveram tanto o Estado Novo e o regime militar”, criticou. “Quais os outros abusos com que estamos contribuindo em relação à memória? Quando abusamos da memória, nós acabamos por banalizar o passado”, argumentou.

O pesquisador entende que a cultura da memória é fortalecida em processos de revisão histórica, quando atores sociais excluídos da historiografia oficial passam a ter voz. “No mundo ocidental, a experiência de preservação documental ocorre com a Revolução Francesa”, explicou. Esse processo teria ampliado a categoria de vítima, o que levou à maior judicialização dos conflitos. “No Brasil fica ainda mais evidente a fragilidade da experiência democrática pela crescente hipertrofia do setor judiciário, que passa a ocupar um lugar central na garantia dos direitos”, explicou.

Um dos efeitos da aceleração do tempo, sobretudo a partir da década de 1980, foi tornar as sociedades cada vez mais preocupadas com o não esquecimento do passado. “São sociedades que se projetam como sociedades que passarão, é preciso que se documente”, disse. “As comemorações são uma oportunidade para não se esquecer e também criar novas formas de revisão histórica”, explicou. “Por outro lado, é preciso dar uma configuração política ao ato de comemorar. Por isso eu saúdo o lançamento do banco de dados virtual, que transforma a comemoração do TRE-RJ num ato político de participação cidadã”, elogiou.

Igor Sacramento defendeu ainda que os episódios rumorosos de escândalos de corrupção, como o “mensalão” ou os “anões do orçamento”, são também uma experiência de continuidade, uma herança de longa duração da experiência política da República Velha, baseada na afirmação do interesse pessoal sobre o público. “Insisto em falar que a nossa experiência republicana ainda é uma experiência de exclusão”, argumentou. “O não constrangimento por ter contas ocultas na Suíça, da personalização da coisa pública e da política é parte da experiência que configura a construção da nossa democracia”, disse.

“Todos nós concordamos que participação política é muito mais do que votar. Envolve direito à educação, moradia e outros aspectos. É levar a política para o dia a dia”, lembrou o pesquisador. “Da mesma forma, a cultura autoritária se manifesta nos pequenos gestos, como o do servidor que não vê problema em imprimir 150 páginas do trabalho escolar do filho”, exemplificou. “Mas isso é também uso da verba pública em benefício pessoal e revela como a cultura cotidiana contribui para manter certas estruturas de corrupção”, defendeu.

Cinedebate com estudantes

A programação em homenagem à Justiça Eleitoral reservou um evento a estudantes dos ensinos médio e superior, realizado no dia 25 de novembro, numa parceria da Es-



Estudantes participam de uma das sessões do Cine Debate, realizada no dia 25

cola Judiciária Eleitoral (EJE-RJ) com a Comissão de Memória Eleitoral (Cemel). Foram duas sessões de debate, que ocorreram após a exibição do documentário “Mídia, Poder e Sociedade”, do diretor Aloísio de Oliveira. Produzido pela TV Senado, o documentário traz depoimentos de jornalistas, políticos e acadêmicos sobre a evolução histórica da imprensa e da democracia no país.

Ao todo, 30 estudantes participaram dos debates, quando foram estimulados a refletir sobre as formas de participação política abertas com o advento das novas tecnologias de comunicação. A primeira sessão foi iniciada às 11h30, após um café da manhã oferecido aos estudantes. Na segunda, iniciada às 15h, o lanche foi servido após o encerramento, às 18h. Os debates foram conduzidos pelos servidores Alexandre Meira, Bruno Lima, Maurício Duarte e Maurício Renault, que integram a Comissão de Memória Eleitoral. ■



Integrantes da comissão de memória conduzem o debate com estudantes

Desembargador Boente toma posse como presidente do TRE-RJ e irá comandar as Eleições 2016 no Rio de Janeiro

Desembargadora Jacqueline Montenegro assume a Vice-Presidência e a Corregedoria do Tribunal



ASCOM TRE-RJ

O desembargador Antônio Jayme Boente tomou posse, no dia 4 de dezembro, na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Ele vai enfrentar o desafio de comandar as eleições municipais do ano que vem, quando o Rio de Janeiro sediará as Olimpíadas e Paralimpíadas. Na mesma solenidade, a desembargadora Jacqueline Lima Montenegro foi empossada como vice-presidente, cargo que acumula com o de corregedora regional eleitoral. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Antônio Dias Tóffoli, compareceu à cerimônia, realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

No discurso de posse, o novo presidente do TRE-RJ lembrou o contexto de instabilidade econômica e política, mas afirmou que os problemas devem ser enfrentados com atitude e inovação. “O que define nossa identidade são as nossas escolhas, o nosso código comportamental”, disse o desembargador Boente. Para o novo presidente do TRE-RJ, o comportamento dos agentes públicos não deve contribuir para o descrédito das instituições. “Acredito no poder insuperável da ação”, disse.

Ele destacou também a busca da Justiça Eleitoral para garantir a legitimidade dos mandatos eletivos alcançados nas urnas. “O que a população do estado do Rio de Janeiro pode esperar da instituição TRE? Se as instituições brasileiras estão em descrédito é porque os agentes públicos que as compõem podem estar gerando ou contribuindo, pela sua inércia, para esse descrédito. No atual contexto, o que sobressairá em meio desse descontentamento generalizado da população será, justamente, a integridade do organismo humano que compõe a Justiça eleitoral”, afirmou o presidente.

O desembargador Boente declarou, ainda, ter “plena confiança” na equipe do TRE fluminense, tanto na eficiência e capacidade técnicas dos servidores, quanto na moralidade e nas qualidades individuais de todos os integrantes. “Guardo absoluta certeza de que a Corte eleitoral estará unida nas suas decisões, ainda que, eventualmente, não unânimes, buscando sempre, além da realização dos ideais de justiça, acima de tudo, garantir a legitimidade dos mandatos que advirão”, declarou.

O discurso de boas-vindas aos novos presidente e vice-presidente da Corte foi realizado pelo diretor da Escola Judiciária Eleitoral, desembargador Wagner Cinelli, membro substituto do Plenário do Tribunal. Ele iniciou a saudação com uma referência poética sobre a resistência à escravidão no país — com citação a Castro Alves e um poema de autoria própria —, para, em seguida, propor uma reflexão sobre as desigualdades estruturais que ainda marcam as várias dimensões da sociedade brasileira, inclusive as disputas político-eleitorais.

Após elogiar o discurso do desembargador Cinelli, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Dias Tóffoli, acrescentou que o novo presidente do TRE-RJ possui qualidades fundamentais para superar a turbulência política atual e conduzir as próximas eleições num ambiente de lisura e ética na competição entre os candidatos. “O desembargador Boente é um magistrado



Desembargadora Jacqueline Montenegro lê o compromisso de posse, ao lado do presidente do TRE-RJ, desembargador Jayme Boente

reconhecido pela habilidade e capacidade de ouvir e liderar. Essa é uma gestão promissora para a Justiça Eleitoral”, afirmou.

Em seu discurso, a vice-presidente, desembargadora Jacqueline Montenegro, enfatizou que “é grande e relevante” o trabalho a ser realizado nas eleições municipais do ano que vem. Ela se disse “estimulada” a enfrentar o desafio junto com o novo presidente do TRE-RJ. “Terei especial satisfação de estar ao lado do desembargador Boente. Vossa Excelência tem qualidades que são conhecidas, como o senso de justiça, caráter agregador e cultura jurídica”, disse a vice-presidente, que revelou “ter apreço” pela Justiça Eleitoral. “Venho me dedicando ao estudo do Direito Eleitoral sistematicamente”, concluiu.

A nova vice-presidente e corregedora agradeceu, ainda, o apoio recebido para voltar à Justiça Eleitoral. “Não posso esconder minha felicidade em poder retornar ao TRE para enfrentar novos desafios. Faço um agradecimento especial a todos os servidores, diretores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Se hoje cheguei aqui é porque estava apoiada em ombros de gigantes, representados por todos do TJRJ”, disse.

Além do ministro Dias Tóffoli, estiveram presentes o presidente TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, o governador Luiz Fernando Pezão, o vice-governador, Francisco Dornelles, o senador Marcello Crivella, o deputado estadual Wagner Montes, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marco Aurélio Bellizze de Oliveira, o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Poul Erik Dyrland, a corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, desembargadora Edith Maria Correa Tourinho, o defensor público-geral, Andre Luis Machado Castro, o procurador regional da República, Rogério José Bento Soares do Nascimento, o advogado eleitoral Eduardo Damian Duarte, representando a OAB, e o presidente do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), Técio Lins e Silva.

Trajetórias ligadas ao TRE-RJ

Eleito presidente por aclamação, o desembargador Jayme Boente havia exercido a Vice-Presidência da Corte de março a dezembro deste ano. A vida profissional do magistrado está ligada ao TRE-RJ desde 1994, quando foi juiz auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Em 1996, ele atuou como responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral em Niterói, além de coordenar a divulgação das urnas eletrônicas nos oito municípios onde as máquinas de votar foram utilizadas na primeira eleição informatizada no país. Por duas vezes, foi designado para coordenar a fiscalização da propaganda eleitoral em todo o estado, nas eleições de 2000 e de 2004. Atuou como juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de 1997 a 2000.

Exerceu ainda a função de juiz titular de zonas eleitorais nos municípios de São João de Meriti (1991), São Pedro D’Aldeia (1991), Cabo Frio (1992) e Rio de Janeiro (de 1998 a 2002). No ano em que ocorreu o referendo do artigo que proibia a comercialização das armas, em 2005, Antonio Jayme Boente tornou-se o corregedor regional eleitoral do Rio. Promovido a desembargador estadual em 2006, o magistrado foi membro suplente do Colegiado do TRE-RJ de 2009 a 2011. Atualmente,

integra a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cargo que acumula com a Presidência do TRE-RJ.

A atual vice-presidente do TRE-RJ, desembargadora Jacqueline Montenegro, já exerceu o cargo de corregedora regional eleitoral do Rio de Janeiro no biênio 2008-2009. Hoje, é desembargadora efetiva da 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), cargo que vai acumular, nesses dois anos de mandato, com a de membro efetivo do Colegiado do TRE-RJ. Em 2004, ela já havia sido eleita membro substituto do TRE-RJ, na classe de juiz de direito, ascendendo à condição de membro efetivo em 2006. Foi diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-RJ), de janeiro de 2004 a janeiro de 2007. É mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estácio de Sá. ■



Personalidades do mundo político e dirigentes do Poder Judiciário compareceram à solenidade de posse no TJ-RJ